

PICHLER, Nadir A.

A felicidade na ética de Aristóteles

Passo Fundo: Ed. da UPE, 2004

13

Luisa Andrea Viana*

Pichler possui graduação em Filosofia pela Fundação Educacional de Brusque (1992) e Mestrado em Filosofia pela Unisinos (2003). Doutor em Filosofia pela PUCRS (2009), na área de Filosofia Medieval, com tese sobre *A beatitude na filosofia moral de Tomás de Aquino*. Atualmente, é professor adjunto na Universidade de Passo Fundo. Publicou vários artigos, produções técnicas, textos em jornais e revistas, trabalhos em anais de congressos, capítulos de livros e livros, tais como *Filosofia e pós-modernidade* (Imed, 2011) e *A felicidade na filosofia moral de Tomás de Aquino* (Méritos, 2011).

O livro *A felicidade na ética de Aristóteles*, de Nadir Antônio Pichler, nasceu da sua Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos, em 2003.

O autor percorre várias obras de Aristóteles e de comentadores para encontrar a resposta mais aproximada à questão que permeia toda a obra, ou seja, se é possível conciliar a vida política com a vida contemplativa na busca da felicidade.

A obra está dividida em quatro capítulos, como uma colcha de retalhos onde cada parte se encaixa gerando um todo perfeito. Em 141 páginas, o leitor, mesmo que leigo acerca da ética teleológica de Aristóteles, consegue, de maneira sucinta, compreender parte da filosofia moral do estagirita que nasceu em 384 a.C.

O primeiro capítulo trata das ciências teoréticas e das ciências práticas, bem como da concepção aristotélica de alma e sua unidade substancial com o corpo.

* Mestranda em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul.

O segundo capítulo estuda a natureza da virtude moral e a responsabilidade do homem pelas ações que pratica e, também, a felicidade atingível através da vida política.

O terceiro capítulo analisa as virtudes intelectuais e a atividade da vida contemplativa, assim como a função da prudência.

O quarto capítulo se detém em algumas dificuldades identificadas por comentadores de Aristóteles em relação à realização do fim último do homem, bem como busca possíveis respostas à questão norteadora da obra, isto é, se há ou não conciliação entre a vida política e a vida contemplativa.

No seu conjunto, o texto articula posicionamentos diferentes acerca da possível harmonia entre os tipos de vida e de felicidade que deles resultam.

A pesquisa caracteriza o autor como um conhecedor das obras de Aristóteles, pois se percebe um minucioso olhar comparativo entre as obras *Ética a Eudemo*, *Ética a Nicômaco*, *Metafísica* e *Política*, o que enriquece o trabalho.

Além de passagens importantes dos livros clássicos, há o olhar de críticos contemporâneos: Reale, Lima Vaz, Düring, Maritain, Hadot e Ross, que se posicionam a favor da possibilidade de conciliação da vida política com a vida contemplativa, e autores como Guariglia e Le Senne, que discordam, dizendo que essas duas formas de vida são inconciliáveis.

O texto dirige-se ao leitor interessado em questões fundamentais da ética, podendo ser também um recurso didático para professores e alunos que estejam caminhando na vida filosófica.

Deve-se, entretanto, fazer uma ressalva quanto aos tipos de vida. Para o leitor que se detiver apenas na EN, encontrará nela apenas três tipos de vida: “Pode-se dizer, com efeito, que existem três tipos de vida: a vida que acabamos de mencionar [dos prazeres], a vida política e a vida contemplativa.” (EN, I, 1095b). “A felicidade necessita igualmente dos bens exteriores, pois é impossível, ou pelo menos não é fácil, praticar ações nobres sem os devidos meios. Em muitas ações usamos como instrumentos os amigos, a riqueza.” (EN, I, 1099b). Nessas passagens, percebe-se que há três tipos de vida para serem analisadas por Aristóteles, e que a riqueza se encaixaria mais como um meio para chegar à felicidade.

Talvez tivesse sido importante o autor destacar que, na totalidade das obras, percebe-se que os tipos de vida alcançam uma quarta, mas que, na EN, a vida de riqueza é citada, mas não tomada com tanta consideração como a dos prazeres, a da política e a contemplativa.

**Recebido em 24 de dezembro de 2011.
Aprovado em 30 de dezembro de 2011.**